

Pedro Parente responsabiliza parlamentares

BRASÍLIA — O ex-secretário nacional de Planejamento, Pedro Parente, atribuiu ao comando da comissão de Orçamento a iniciativa do acerto feito para a inclusão prévia de emendas no Orçamento de 1992.

Em fax enviado de Washington, onde representa o Brasil no Banco Mundial, Parente afirma à CPI ter recebido do ex-presidente Fernando Collor e do ex-ministro da Economia Márcio Marques Moreira o aval para levar adiante o acordo, celebrado no apartamento do então relator do Orçamento, deputado João Alves (sem partido-BA), em agosto de 91. Embora negado por todos os parlamentares que depuseram na CPI, o acerto é considerado "um fato comprovado" pelo relator Roberto Magalhães (PFL-PE).

Parente contou à CPI ter sido procurado por José Carlos Alves dos Santos — então seu subordinado no Departamento de Orçamento da União (DOU) — com uma proposta da comissão de Orçamento. Dirigentes da comissão teriam se oferecido a manter quase intacta a proposta do governo em troca da inclusão prévia de emendas para o Orçamento de 1992. "A aceitação de um entendimento afigurava-se como de alto interesse do Poder Executivo porque evitaria não só o desfiguramento de sua proposta como também a elevação do déficit público", justificou.

Uma reunião na casa de João Alves selou o acordo. Segundo Parente, o próprio diretor do DOU cuidaria dos projetos a serem incluídos no Orçamento "por se tratar de assunto de natureza operacional". Apesar de celebrado fora do Congresso, Parente insistiu que o acordo teve caráter institucional: "Os entendimentos não foram realizados com o posteriormente denominado grupo dos Sete Anões". O ex-secretário garantiu não ter discutido rateio de verbas nem ter tirado proveito pessoal ou financeiro do acordo.